

# Governo pode cortar mais

■ Sem o aumento das contribuições previdenciárias, Planejamento estuda novos ajustes

Economia - Brasil

SÍLVIA MUGNATTO

BRASÍLIA - O ministro do Planejamento, Paulo Paiva, disse ontem que poderá reduzir ainda mais os recursos para as atividades-fim do governo por causa da rejeição pelo Congresso da medida provisória (MP) que aumentaria a contribuição previdenciária de servidores públicos ativos e criaria a dos inativos. Paiva citou as atividades da saúde, educação, transporte e recursos hídricos, sem afirmar que os novos cortes serão nestas

áreas. A queda da MP deixou um buraco de R\$ 2.554 bilhões no Orçamento de 1999 e de R\$ 4,3 bilhões no do ano 2000.

O ministro não descartou a possibilidade de o governo tentar aumentar receitas em vez de economizar todo o dinheiro necessário com cortes no Orçamento. "Mas não estou falando em aumento de impostos", disse, sem citar outra alternativa para aumento de receitas. Segundo Paiva, também há a possibilidade de a medida provisória ser reapresentada no ano que vem.

O secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, explicou que, mesmo com a rejeição, serão necessários novos cortes porque a MP só entraria em vigor três meses depois de aprovada. "O Congresso deixou claro que não quer cortes na área de pessoal", avaliou Paiva.

De acordo com o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), que esteve ontem no Ministério da Fazenda, o governo terá que cortar até investimentos em andamento, o que havia

sido preservado na "tesourada" anterior. E disse que, para cortar as emendas de parlamentares, o governo tem a prerrogativa de simplesmente não liberar os recursos. "Onde não há dinheiro, não há como inventar", explicou. Paiva também lembrou que o Orçamento é apenas "autorizativo".

Sobre novos aumentos de impostos, o líder do governo no Senado comentou que esta é a alternativa mais simples. Mas não descartou o assunto quando provocado: "Não sei falar sobre isto".